

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A ALL - América Latina Logística S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "ALL") foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná.

Tem como principais objetivos sociais:

- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais;
- adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

Em 22 de outubro de 2010, a Companhia aderiu ao "Novo Mercado" da Bovespa, onde suas ações são negociadas.

A Companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina), holding das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica).

Os prazos de concessão são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Período da concessão</u>	<u>Área de abrangência</u>
ALL Malha Sul	fevereiro de 2027	Sul do Brasil
ALL Malha Paulista	dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	maio de 2079	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Central	agosto de 2023	Argentina
ALL Mesopotâmica	outubro de 2023	Argentina
Portofer	junho de 2025	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX	outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	agosto de 2027	Porto de Santos-SP

Uma lista com todas as empresas que compõem o grupo ALL está apresentada na nota explicativa nº3.

A Boswells S.A. é uma sociedade de investimentos financeiros estabelecida no Uruguai.

Santa Fé Vagões S.A.: seu principal objeto social é a fabricação, manutenção, comercialização e negociação de itens e serviços relacionados a materiais rodantes, sistemas ferroviários, equipamentos de tração, trilhos, sinalizações e equipamentos mecânicos relacionados às atividades ferroviárias, assim como suas peças, partes e componentes, bem como a importação, exportação, compra, venda, distribuição, arrendamento, locação e empréstimo de vagões, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com atividades ferroviárias. Atualmente apenas desempenha função de posto de manutenção de vagões.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ALL Overseas: é uma subsidiária integral, adquirida em dezembro de 1999, e tem como objeto social exercer quaisquer atividades que estejam de acordo com a legislação em vigor nas Bahamas.

Track Logística: criada em 07 de abril de 2010, cujo objeto social é prestar serviços de operador de logística de carga em geral, gestão e operação em portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros no interior, assim como: importar, exportar, vender, comprar, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, locomotivas, vagões, máquinas e equipamentos; e executar todas atividades afins, correlatas, acessórias e complementares vinculadas as atividades anteriores. Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação. Ainda não entrou em operação.

Brado Holding: criada em 09 de julho de 2010, cujo objeto social é a participação no capital de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos no país ou no exterior. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 80% de participação na Brado Logística e Participação S.A.

Brado Logística e Participação S.A.: Adquirida em 2010, passou a ter esta denominação em 24 de novembro de 2010. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 100% de participação da Standard Logística e Distribuição S.A. (atualmente denominada Brado Logística S.A.) através da incorporação das ações desta companhia. Tem como objeto social deter as ações de emissão da Brado Logística S.A.

Brado Logística S.A.: anteriormente denominada Standard Logística e Distribuição S.A., foi adquirida em 01 de abril de 2011, e é subsidiária integral da Brado Logística e Participação S.A.. Tem como objeto social a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral, gestora e operadora de terminais, centros de distribuição, portos, entrepostos aduaneiros, e também participação direta ou indireta em outras sociedades.

Ritmo Logística S.A.: sua criação foi efetivada em 01 de julho de 2011, através da unificação das operações rodoviárias da ALL Intermodal S.A., a qual passou a ser controladora da Ritmo Logística S.A. e do negócio rodoviário da Ouro Verde Transportes e Locação S.A. Esta operação se deu através do aporte dos ativos dedicados da ALL Intermodal S.A. e da Ouro Verde Transportes e Locação S.A., assim como a transferência do quadro de colaboradores para a nova companhia, cujo objetivo é estabelecer uma associação estratégica no segmento rodoviário.

Vetria Mineração S.A: conforme descrito na nota 12, a Vetria Mineração S.A. foi constituída em 03 de dezembro de 2012 pela ALL – América Latina Logística S.A, conjuntamente com demais acionistas, tendo como objetivo a criação de um sistema integrado: mina-ferrovia-porto.

b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste

As Companhias estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatizações e nos contratos de concessões das Malhas Ferroviárias.

Os contratos de concessão destas controladas serão extintos com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer a extinção de alguma das concessões, os principais efeitos serão os seguintes:

- retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos às Companhias, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das Companhias, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estará sujeito às

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de março de 2013.

2.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.. A receita da Companhia e suas controladas, é composta basicamente por

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição			Alíquota
			(%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.6 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A controlada indireta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão e é revisado por atuário independente anualmente. O plano possui características predominantes de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas e as contribuições são registradas no resultado quando incorridas.

2.8 Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 26.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 28.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequente

(i) Ativo financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos financeiros para negociação e também não há ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos financeiros para negociação e também não há ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 32.

2.10 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.11 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.12 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão 15 a 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.13 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.14 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros (ver nota explicativa 13). Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.16 Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção. Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.18 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consequente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 6.

2.19 Adiantamentos para futuros aumentos de capital

A Companhia registra os valores referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos de participantes do Plano de Opções de compra de ações descrito na nota explicativa 26, em conta do patrimônio líquido, tendo em vista o controle e a expectativa que a Companhia possui para deliberação da conversão dos adiantamentos em aumento de capital.

2.20 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.21 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa 13.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 26.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 2.762 (em 2011 R\$ 2.586). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 32.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.23 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

.IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

.IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía saldo não reconhecido; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

.IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A companhia avaliou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

.IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

.IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia, uma vez que a Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para investimentos em *joint ventures*.

.IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

.IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

A Administração entende que o efeito da aplicação de tais mudanças por se tratarem subsequentemente de

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aspectos de divulgação, é o aumento da qualidade das demonstrações financeiras.

3. Base de consolidação**Demonstrações financeiras consolidadas****a) Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ALL – América Latina Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

	Participação %	
	31/12/12	31/12/11
Controladas Diretas		
ALL - América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. (ALL Malha Oeste)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALL Malha Paulista)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A. (ALL Malha Sul)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Overseas S.A. (ALL Overseas)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Participações Ltda. (ALL Participações)	100,00	100,00
Boswells S.A.	100,00	100,00
Santa Fé Vagões S.A. (Santa Fé)	100,00	100,00
Track Logística S.A.	100,00	100,00
Brado Holding S.A.	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL Malha Norte)	99,24	99,18
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	90,96	90,96
Araucária Rail Technology S.A.	51,00	51,00
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	99,99	51,00
ALL - América Latina Logística Rail Management Ltda (ALL Rail Management)	50,01	50,01
Vétria Mineração S.A	50,38	-
Controladas Indiretas		
Investidas da ALL Intermodal		
ALL - América Latina Logística Armazéns Gerais Ltda (ALL Armazéns Gerais)	100,00	100,00
Rhall Terminais Ltda.	30,00	30,00
Ritmo Logística S.A	65,00	65,00
Investida da ALL Armazéns Gerais		
PGT Grains Terminal S.A. (PGT)	100,00	100,00
Investida da ALL Malha Paulista		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Malha Norte		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Argentina		
ALL - América Latina Logística Central S.A. (ALL Central)	73,55	73,55
ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica)	70,56	70,56
Investidas da ALL Participações		
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	0,01	49,00
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	9,04	9,04
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	0,01	0,01
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	0,01	0,01
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	0,01	0,01
Investida da Brado Holding		
Brado Logística e Participações S.A.	80,00	80,00
Investida da Brado Logística Participações S.A		
Brado Logística S.A	100,00	100,00

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ALL Central e a ALL Mesopotâmica têm a seguinte composição de participação dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2012:

	Participação %	
	ALL Central	ALL Mesopotâmica
Alesia S.A.	-	3,64
Petersen, Tiele Y Cruz S.A.	-	3,06
Ministério de Economía y Obras y Servicios Públicos de la Nación	16,00	16,00

ALL Argentina negociou com seu acionista minoritário Railroad Development Corporation a aquisição de sua participação acionária na ALL Central e na ALL Mesopotâmica, cujas participações eram respectivamente 6,45% e 2,74%. A negociação ainda depende de aprovação da transferência de ações pelo governo Argentino. Devido a estes acionistas minoritários não terem exercido o direito de novo aporte de capital, seus percentuais foram reduzidos para 1,26% e 0,48% respectivamente.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

b) Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia e suas controladas. Quando a participação da Companhia e suas controladas nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

c) Coligadas

O investimento da Companhia em suas coligadas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas coligadas é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as coligadas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as coligadas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das coligadas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

d) Transações com participações de não-controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações de não-controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas controladoras. Para as compras de participações de não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia e suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia e suas controladas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

4. Combinação de negócios

Aquisição da Standard Logística S.A.

Em 20 de dezembro de 2010, conforme divulgado ao mercado, através de fato relevante, a ALL criou a controlada indireta Brado Logística e Participações S.A. (“Brado LP”), com a qual celebrou, em conjunto com suas concessionárias ferroviárias, acordos operacionais de transporte, investimentos e terminais.

Nesta mesma data, a Brado LP, divulgou a intenção de associação com a Standard Logística S.A. (“Standard”), empresa referência no segmento de contêineres frigorificados, com forte *knowhow* na prestação de serviços logísticos no varejo, segmento pouco explorado no modal ferroviário.

Em 01 de abril de 2011, através de Assembleia geral extraordinária da Brado LP, se deu a incorporação da totalidade das ações da Standard na Brado LP, tendo como contraprestação a transferência pela Brado Holding S.A. – controladora da Brado LP - de 20% das ações ordinárias da Brado LP aos acionistas da Standard, efetivando a aquisição. Nesta mesma data a Standard Logística S.A. alterou sua razão social para Brado Logística S.A. (“Brado”), e o acervo líquido adquirido na operação era composto da seguinte forma:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo reconhecido na aquisição 01/04/2011	
Caixa e equivalentes de caixa	43.239
Contas a receber	12.088
Ativo permanente	121.321
Outros	8.036
	184.684
Fornecedores	6.762
Empréstimos e financiamentos	42.927
Adiantamentos de clientes	18.412
Outros passivos	22.113
	90.214
Total dos ativos identificáveis líquidos	94.470
Participação de acionistas não controladores	(18.894)
Ganho por compra vantajosa	(33.836)
Contraprestação transferida	41.740

A tabela a seguir demonstra a apuração do custo de aquisição determinado:

Quantidade de ações trocadas (lote de mil ações)	2.000
Valor das ações da Brado LP a valor justo (lote de mil ações)	20,87
Custo de aquisição a valor justo	41.740
Acervo líquido da Standard a valor justo (80%)	75.576
Ganho por compra vantajosa	33.836

O valor justo das ações da Brado LP em 01 de abril de 2011, 20% das quais representa a contraprestação aos ex-acionistas da Standard, foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas que representam as circunstâncias da Brado LP antes da combinação. As principais premissas foram: i) projeções para 15 anos, sem considerar investimentos significativos; ii) taxa de desconto de 13,4% ao ano, e taxa de crescimento de 9,5% na perpetuidade, ambos nominais em Reais, que a Companhia considerou razoável para o negócio de contêineres.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, não apresentaram distorções relevantes entre o valor justo e o valor contábil.

Os custos decorrentes da operação da aquisição, correspondentes a honorários de profissionais e consultores no montante de R\$ 981 foram registrados no resultado da Companhia na rubrica de outras despesas operacionais.

Aquisição de segmento de negócio de transporte rodoviário da Ouro Verde S.A.

Em 01 de julho de 2011, conforme divulgado ao mercado através de fato relevante, a América Latina Logística (ALL) juntamente com a companhia Ouro Verde S.A (“OV”), formaram a companhia Ritmo Logística S.A (“Ritmo”), combinando os aportes de seus negócios rodoviários existentes na época. Desta forma a ALL passou a deter 65% de participação na Ritmo e a OV 35% de participação.

Esta transação se caracterizou uma combinação de negócios, de acordo com o CPC 15/IFRS 3, tendo a ALL como adquirente por meio de sua subsidiária integral ALL Intermodal S.A (“ALL”), a qual passou a deter o controle do negócio rodoviário do não-controlador com 65% de participação. O acervo líquido adquirido a valor justo do acionista não-controlador está composto da seguinte forma:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos líquidos adquiridos a valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa	8.250
Ativos Permanentes	46.346
Total	54.596
Participação adquirida	65%
	35.488

Em contrapartida o acionista não controlador recebeu 35% de participação no negócio rodoviário da ALL naquela data, a qual teve seu valor justo determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas que representam as circunstâncias da ALL Intermodal antes da combinação. As principais premissas utilizadas foram: i) projeções para 10 anos, considerando apenas investimento para manutenção e renovação de frota, sem considerar investimentos significativos; ii) taxa de desconto de 12,9% ao ano e taxa de crescimento de 6,5% na perpetuidade, ambos em Reais, que a Companhia considerou razoável para o negócio rodoviário. O VPL (valor presente líquido) apurado deste negócio foi de R\$ 95.799, consequentemente a participação de 35% dos não-controladores seria o equivalente a R\$ 33.530.

A tabela a seguir demonstra a apuração do custo de aquisição adquirido:

Valor justo da participação do negócio rodoviário da Intermodal cedido	33.530
Custo de aquisição a valor justo	
Acervo líquido do segmento rodoviário da Ouro Verde a valor justo (65%)	35.488
Ganho por compra vantajosa	1.958

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, apresentaram uma mais-valia de R\$ 10.683 no ativo permanente.

Os custos decorrentes da operação da aquisição, correspondentes a honorários de profissionais e consultores no montante de R\$ 562 foram registrados no resultado da ALL na rubrica de outras despesas operacionais.

5. Sociedades controladas argentinas – relação com o Poder Concedente**a) Renegociação do contrato de concessão**

Durante o período de julho de 1997 a março de 2001, o Poder Executivo Nacional Argentino, mediante decreto nº 605/97, determinou à Secretaria de Transportes a renegociação de todos os contratos de concessão dos serviços de transporte ferroviário de cargas, ocorrendo inúmeras discussões e análises, resultando em uma proposta de um aditivo que acabou ficando sem efeito.

A partir da sanção da Lei nº 25.561, abriu-se um novo marco de renegociação das concessões, efetuando-se, em 10 de abril de 2002, uma apresentação perante o Ministro da Economia Argentina, por intermédio do qual continuou o andamento do processo.

Em 2003, o Poder Executivo Nacional emitiu o decreto nº 311, criando uma comissão especial para a renegociação de todos os contratos de concessão. Essa comissão funciona sob a supervisão simultânea dos Ministérios da Economia e do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços. A mudança de administração no Governo Argentino, em maio de 2003, paralisou o processo durante alguns meses e, em setembro de 2003, as concessionárias foram novamente requeridas para atualização de dados e mantiveram várias reuniões com os funcionários e assessores do Ministério do Planejamento Federal.

A Lei nº 25.561 foi sucessivamente prorrogada, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2013, de acordo com o disposto pela Lei nº 26.729. Depois dessa data a ALL Central e a Mesopotâmica deverão ser

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

chamadas para analisar um novo modelo do acordo, considerando aspectos tais como a tarifa de concessão (*Canon*) e os planos anuais de investimentos.

Em 18 de julho de 2005, foi publicado no Boletim Oficial do Governo Argentino, a Disposição 18/2005 e 19/2005 da Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos, referente à carta de entendimentos resultante das renegociações dos compromissos do contrato de concessão entre a ALL Central e ALL Mesopotâmica com o Governo Argentino. Em 20 de outubro de 2006, ALL Central e ALL Mesopotâmica assinaram com a Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos novas cartas de entendimento em substituição a anterior. Os efeitos e compromissos decorrentes destas estão refletidos nas demonstrações financeiras, considerando que as referidas cartas deverão ser aprovadas pelo Presidente da República da Argentina, o que não aconteceu até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras. As referidas Cartas, basicamente, estabelecem o seguinte:

(i) Plano anual de investimentos

A partir de janeiro de 2006, as concessionárias deverão efetuar investimentos anuais em montante equivalente a 9,5% das receitas líquidas totais da ALL Central e ALL Mesopotâmica referentes ao exercício anterior. Os investimentos mínimos requeridos pelos compromissos das cartas estão sendo integralmente cumpridos pelas concessionárias até o momento.

(ii) Tarifa de concessão (“*canon*”)

A partir de 1º de janeiro de 2006, foi considerado como valor da tarifa de concessão (“*canon*”), o valor correspondente a 3% das receitas líquidas totais da ALL Mesopotâmica e ALL Central referentes ao exercício anterior. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estas Companhias registraram despesas de R\$ 804 (R\$ 871 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 5.071 (R\$ 3.903 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, tendo como contrapartida a conta de arrendamento e concessão a pagar. Embora as tarifas de concessão estejam sendo provisionadas contabilmente, a ALL Central e ALL Mesopotâmica não estão pagando essas obrigações, pois aguarda-se a aprovação da Presidência da República da Argentina sobre as Cartas de Entendimento.

Administração entende que é relevante a aprovação pelo Poder Executivo Nacional, na forma prevista na Carta de Entendimento, como forma de manter o equilíbrio das operações e continuar com as operações das empresas em normal continuidade operacional.

As tarifas de concessão referentes aos períodos trianuais anteriores foram incluídas como parte integrante das negociações de reclamações mútuas, conforme descrito no item (iii).

(iii) Direitos e obrigações que compreendem as reclamações mútuas

A renegociação dos contratos de concessão incluiu a discussão sobre valores reclamados tanto pelo Governo Argentino como pelas concessionárias, tais como: investimentos que não foram cumpridos pelas concessionárias, montantes relacionados com tarifas de concessão de períodos anteriores e prejuízos incorridos pelas concessionárias por motivos de força maior (inundações e outras).

Com base nas cartas, ficou estabelecido que os montantes correspondentes aos saldos das reclamações mútuas, que totalizavam P\$ 79.760 (R\$ 33.180) e P\$ 14.480 (R\$ 6.024) para a ALL Central e ALL Mesopotâmica, respectivamente, em favor do Governo Argentino, tiveram suas exigibilidades extintas, passando as concessionárias a assumirem compromissos de investimentos a partir de janeiro de 2006, que não podem ser inferiores a 3,17% e 1,54%, respectivamente, sobre as receitas líquidas do exercício anterior, respeitando os montantes mínimos de P\$ 4.692 e P\$ 852, respectivamente. Os investimentos mínimos requeridos pelos compromissos das cartas estão sendo integralmente cumpridos pelas concessionárias até o momento.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Aprovação da transferência de ações

Em maio de 1999, a Companhia firmou contrato de compra com os cinco acionistas anteriores sobre a totalidade das ações da ALL Argentina e contrato de constituição de usufruto sobre os direitos (tanto econômicos como políticos), sobre as ações da ALL Argentina. O contrato de compra se encontra em processo de aprovação por parte do Governo Argentino que deve dar sua conformidade para efetivar a transferência de ações. O prazo do contrato de usufruto é de 20 anos, renovável automaticamente caso até o final do contrato não haja manifestação do Governo Argentino sobre a aprovação da transação. Caso a autorização seja negada pelo Governo, os cinco acionistas anteriores comprometem-se de forma irrevogável, a exercer o direito de voto sobre as ações da ALL Argentina seguindo as instruções da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos	1.343	6.534	21.719	51.730
Aplicações financeiras				
CDB's	(i) 629.157	586.516	1.659.196	1.548.806
Taxa pré	(ii) -	-	122.748	109.675
Títulos do governo	(iii) 149.791	121.188	586.940	382.247
Fundos	(iv) 100.922	515	117.757	7.280
	<u>879.870</u>	<u>708.219</u>	<u>2.486.641</u>	<u>2.048.008</u>
	<u>881.213</u>	<u>714.753</u>	<u>2.508.360</u>	<u>2.099.738</u>

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI (taxa média de 102% do CDI);
- (ii) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii) investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic);
- (iv) Investimentos em Fundos – compostos principalmente por títulos do governo.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes e operações a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes		
No Brasil	384.716	267.969
Na Argentina	45.553	40.176
	<u>430.269</u>	<u>308.145</u>
 (-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa		
No Brasil	(28.232)	(27.035)
Na Argentina	(9.240)	(9.273)
	<u>(37.472)</u>	<u>(36.308)</u>
	<u>392.797</u>	<u>271.837</u>

Na Controladora os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

A controlada indireta ALL Central interrompeu o reconhecimento de receitas vinculadas aos pedágios da “Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial - U.E.P.F.P.” (“Unidade”) à partir de janeiro de 2002. Esta decisão se fundamenta, basicamente, na falta de reconhecimento dos serviços prestados pela ALL Central, por parte da referida Unidade, e conseqüente não pagamento desses serviços. No exercício de 2004, a ALL Central iniciou uma demanda judicial junto ao Tribunal Contencioso Administrativo Federal da Província de Buenos Aires, requerendo o pagamento dos valores de pedágios, referentes ao período entre 1993 e 1996. Suportada na opinião de seus assessores jurídicos, de que a ação de cobrança dos montantes, ajuizada contra a U.E.P.F.P., tem uma probabilidade de êxito relativamente alta, a Administração não registrou provisão para perdas do valor a receber registrado na ALL Central no valor histórico aproximado de R\$ 1.981 (P\$ 4.762). Por outro lado, em função de acordos de reembolso celebrados com os acionistas que precederam a Companhia, a ALL Central registrou um passivo equivalente a 50% do montante registrado como contas a receber. Adicionalmente, as presentes demonstrações financeiras não contemplam as receitas e respectivas contas a receber advindos dos serviços vinculados aos pedágios da Unidade, prestados pela ALL Central desde janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Períodos	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido					Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	
31/12/12	239.398	58.112	37.172	18.885	39.230	-	392.797
31/12/11	160.455	39.167	20.911	37.584	13.720	-	271.837

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, bem como para os créditos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os saldos a receber de partes relacionadas. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Antecipação de arrendamentos – consolidado

	31/12/12		31/12/11	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Arrendamentos				
ALL Malha Oeste	166	2.043	166	2.209
ALL Malha Paulista	2.025	26.701	2.025	28.727
ALL Malha Sul	2.734	36.003	2.734	38.737
Antecipação de direito de passagem				
ALL Malha Sul	1.261	17.421	1.261	18.682
	<u>6.186</u>	<u>82.168</u>	<u>6.186</u>	<u>88.355</u>

O valor pago à vista está sendo amortizado de acordo com o prazo restante do arrendamento.

Antecipação do direito de passagem refere-se ao pagamento efetuado pela ALL Malha Sul à ALL Malha Paulista como contraprestação ao uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Júnior e Pinhalzinho/Apiáí a Iperó (SP), conforme contrato de operação dos referidos trechos por 30 anos, prazo igual de sua amortização contábil.

Os contratos de arrendamento de bens são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/12		31/12/11	
	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo
Controladora				
IR e CS a recuperar - antecipações	85.513	1.878	63.160	14.572
Outros	3.715	-	713	-
	<u>89.228</u>	<u>1.878</u>	<u>63.873</u>	<u>14.572</u>
Controladas				
ICMS	148.426	119.561	116.686	70.826
Imposto sobre valor agregado-IVA	10.175	-	6.080	15.177
IR e CS a recuperar - antecipações	52.409	36.989	79.607	8.820
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	133.019	145.288	95.138	147.229
IPI (i)	-	151.943	-	104.908
Outros	27.668	7.034	2.092	1.570
	<u>371.697</u>	<u>460.815</u>	<u>299.603</u>	<u>348.530</u>
Consolidado	<u>460.925</u>	<u>462.693</u>	<u>363.476</u>	<u>363.102</u>

(i) Créditos decorrentes de ação ordinária transitada em julgado, transferidos através de cessão de créditos cujo, objetivo inicial era compensá-los com outros débitos de impostos federais. Essas compensações foram glosadas pelo fisco, e posteriormente incluídas no programa Refis no exercício de 2009, porém o crédito registrado, no montante de R\$ 151.493 (R\$ 104.908 em 31 de dezembro de 2011), está apto para compensação com débitos de impostos federais, será utilizado nos próximos exercícios.

A Companhia e suas controladas não esperam incorrer em nenhuma perda na realização destes créditos.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal com a efetiva, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes dos tributos	237.315	244.945	230.069	234.146
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(80.687)	(83.281)	(78.223)	(79.610)
Ajustes do imposto por:		-		
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	118.418	107.708	1.146	488
Diferença de alíquota em empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	4.914	3.637
Impostos constituídos (baixados ou não constituídos) no período	(17.628)	(7.409)	47.410	42.886
Efeito impostos diferidos Argentina	-	-	(15.056)	
Efeito do PAT e outros incentivos fiscais	-	-	449	
Efeito do adicional do Imposto de renda	-	-	365	
Efeito de amortização do ágio	(19.069)	(14.887)	(928)	(702)
Subvenção Investimento	-	-	6.528	
Registro de opções outorgadas de ações	(658)	(2.129)	(2.566)	(8.497)
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	53.722	55.758
Outras diferenças permanentes	(376)	(2)	(4.463)	3.176
Receita (despesa) de impostos efetiva	-	-	13.298	17.136
Impostos correntes	-	-	(59.714)	(36.390)
Impostos diferidos	-	-	73.012	53.526

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e bases negativas	941.422	880.251
Amortização de ágio	-	102
Provisão para remuneração variável	17.796	5.254
Provisão para créditos de impostos	6.045	25.016
Provisão ICMS Difícil Realização	3.496	-
Provisão para questões fiscais	18.108	15.561
Provisões trabalhistas	37.166	32.772
Provisão para questões cíveis	13.019	9.617
Provisão créditos liquidação duvidosa	14.179	8.791
Provisão lucro não realizado	3.784	4.037
Operações de hedge a liquidar	8.550	(2.954)
Provisões	16.241	13.352
Ajustes passivos da RTT	(25.570)	(17.719)
Ajustes ativos da RTT	134.905	67.275
Total dos créditos fiscais	1.189.141	1.041.355
(-) Créditos não registrados	607.648	531.738
(=) Créditos líquidos registrados	581.493	509.617

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do ativo fiscal diferido

	2012	2011
Saldo inicial	509.617	457.392
Ajuste saldo controlada	(3.131)	(4.062)
Saldo aquisição de controlada	2.649	2.578
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	73.011	53.526
Reflexo variação cambial sobre IR diferido	(653)	183
Saldo final	581.493	509.617

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	45.890
2013	56.992	48.785
2014	44.720	48.377
2015	46.661	42.701
2016	51.241	49.891
2017	57.411	49.891
Após 2018	324.468	224.082
Total	581.493	509.617

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas brasileiras, são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros, de acordo com os critérios da legislação fiscal. Estes valores estão suportados por estudo de recuperabilidade aprovado pelo Conselho de administração.

As controladas indiretas ALL Central e ALL Mesopotâmica, baseadas na expectativa de geração de resultados futuros e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, reconheceram créditos de imposto de renda diferido que montam R\$17.706 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.973 em 31 de dezembro de 2011). Os prejuízos fiscais, segundo a legislação tributária argentina, prescrevem em um prazo de 5 anos, período considerado suficiente pela administração para a integral recuperação do imposto diferido.

Nas controladas ALL Intermodal, ALL Malha Oeste e ALL S.A., os créditos tributários sobre prejuízos não foram reconhecidos tendo em vista o histórico de prejuízos fiscais registrados nos últimos anos.

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições da instrução CVM 349/01. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

11. Debêntures privadas

Em 21 de junho de 2010, a controlada ALL Malha Sul S.A., emitiu duas séries de 25.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais (primeira série), da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 10,00 por debêntures, das quais somente a primeira série no valor total de R\$ 250.000 foi emitida.

Em 25 de maio de 2012 a ALL Malha Sul S.A. amortizou antecipadamente o saldo dessas debêntures:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Malha Sul						Realizável longo prazo	
Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/12	31/12/11
Debêntures Privadas	01/06/10	250.000	01/06/13	102% CDI	10,40%	-	296.819
						-	296.819

Em 30 de abril de 2012, a controlada ALL Malha Norte S.A., emitiu duas séries de 10.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais, da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 20 da 1ª série e R\$ 10 da 2ª série, totalizando R\$ 300.000.

Atualmente, estão registradas como segue:

Malha Norte						Realizável longo prazo	
Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/12	31/12/11
Debêntures Privadas - Holding	30/04/12	200.000	02/05/16	CDI + 1,70%	10,28%	212.519	-
Debêntures Privadas - Malha Oeste	30/04/12	100.000	02/05/16	CDI + 1,70%	10,28%	106.259	-
						318.778	-

12. Investimentos

a) Participações em controladas e coligadas

	Movimentação								% Participação			
	Ganho/perda de investimento								Total		Votante	
	31/12/2011	Equivalência patrimonial	Aumento de capital - AFAC	Ajustes reflexos	Dividendos	Varição cambial DRE	Varição cambial PL	31/12/2012	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
ALL Malha Sul	340.408	(126.732)	359.857	(8.045)	-	-	-	565.488	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Intermodal	163.047	21.640	-	-	-	-	-	184.687	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Overseas	3.989	356	-	-	-	-	-	4.345	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Serviços	100	19.649	-	-	(19.649)	-	-	100	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
ALL Equipamentos	24.950	212	-	-	-	-	-	25.162	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
ALL Centro Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99%	-	99,99%
ALL Malha Paulista	314.284	151.092	-	1.441	-	-	-	466.817	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Norte	1.128.188	374.263	-	1.243	(728)	-	-	1.502.966	99,25%	99,18%	99,90%	99,90%
ALL Argentina	17.029	(16.562)	-	-	-	-	(36)	431	90,58%	90,96%	90,58%	90,96%
Boswells	12.263	718	-	-	-	-	-	12.981	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL – Sisa	3	(33.731)	143.049	-	-	40.459	(2.824)	146.956	99,99%	51,00%	99,99%	51,00%
Araucária Rail Technology	(108)	433	-	-	-	-	-	325	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Santa Fé Vagões	9.717	(1.063)	-	-	-	-	-	8.654	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Oeste	71.430	(54.296)	-	(3.018)	-	-	-	14.116	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Management	10	1.152	-	-	(944)	-	-	218	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
Brado Holding	82.379	12.807	-	-	(12.693)	-	-	82.493	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vetria Mineração S.A	-	-	1.997.183	-	-	-	-	1.997.183	50,38%	-	50,38%	-
ALL Participações	(9.569)	(1.650)	-	-	-	-	530	(10.689)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	2.158.120	348.288	2.500.089	(8.379)	(728)	(33.286)	40.459	(2.330)	5.002.233			

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Equivalência patrimonial		Controladora			
		Controladas / coligadas				Valor dos investimentos		Ágio	
		Patrimônio líquido	Resultado do período	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Controladas Diretas									
ALL Malha Sul	(i)	565.488	(126.732)	(126.732)	(99.415)	565.488	340.408	-	-
ALL Intermodal		184.687	21.641	21.641	(24.849)	184.687	163.047	-	-
ALL Overseas		4.345	357	357	(828)	4.345	3.989	-	-
ALL Serviços		100	19.651	19.649	10.267	100	100	-	-
ALL Equipamentos		25.165	213	213	(292)	25.162	24.950	-	-
ALL Centro Oeste		-	-	-	(289)	-	-	103.955	111.334
ALL Malha Paulista		466.817	151.092	151.092	101.592	466.817	314.284	311.423	330.433
ALL Malha Norte		1.514.476	377.311	374.262	345.711	1.502.966	1.128.188	1.980.638	2.010.282
ALL Argentina	(ii)	(10.293)	(54.296)	(16.563)	(13.699)	431	17.028	-	-
Boswels		12.981	717	717	536	12.981	12.263	-	-
ALL – Sisa		146.971	(33.733)	(33.730)	(1)	146.956	3	-	-
Araucária Rail Technology		637	848	433	-	325	-	-	-
Santa Fé Vagões		8.654	(1.063)	(1.063)	(2.696)	8.654	9.717	150	200
ALL Malha Oeste		14.116	(54.296)	(54.296)	(38.165)	14.116	71.430	-	-
Rail Management		436	2.302	1.151	66	218	10	-	-
Brado Holding		82.493	12.806	12.806	40.640	82.493	82.380	-	-
Vetria Meneração S.A		3.964.237	-	-	-	1.997.183	-	-	-
				<u>349.937</u>	<u>318.578</u>	<u>5.012.922</u>	<u>2.167.797</u>	<u>2.396.166</u>	<u>2.452.249</u>

A Controladora registra o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no subgrupo de Investimentos e no balanço consolidado no subgrupo do Ativo Intangível, conforme destacado na nota explicativa 13.

- (i) A ALL Malha Sul possui registrado em seu patrimônio líquido um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 109.857 (R\$ 150.000 em 31 de dezembro de 2011), efetuado pela ALL, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.
- (ii) A ALL Argentina possui registrado em seu Patrimônio Líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 108.315 (R\$113.522 em 31 de dezembro de 2011) efetuado pela ALL, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.

Durante o exercício de 2011 e de 2012, foram aprovadas as seguintes alterações de capital:

ALL Malha Paulista: Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2011, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 100.000, mediante a emissão de 914.196.441 novas ações ordinárias e 1.690.458.271 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,0383928 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim o capital social passou de R\$ 1.388.238 para R\$ 1.488.238, composto por 4.605.522.677 ações, sendo 1.616.472.395 ações ordinárias e 2.989.050.282 ações preferenciais.

ALL Intermodal: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2011, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 9.960.243 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 2,0079832 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 92.884 para R\$ 112.844, composto por 90.320767 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

ALL Malha Sul: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 150.000, mediante a emissão de 117.849.451.920 novas ações ordinárias e 179.295.506.203 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,0005048 por ação com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76,

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 696.615 para R\$ 846.615, composto por 599.037.926.297 ações, sendo 237.581.992.773 ações ordinárias e 361.455.933.524 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 250.000, mediante a emissão de 207.504.802.238 novas ações ordinárias e 315.696.661.721 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,00047783 por ação com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 846.615 para R\$ 1.096.615, composto por 1.122.239.390.256 ações, sendo 445.086.795.011 ações ordinárias e 677.152.595.245 ações preferenciais.

ALL Malha Norte: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de novembro de 2012, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social da controlada, por subscrição privada, no valor de R\$ 194.153, mediante a emissão de 57.783.666 ações preferenciais classe A, ao preço de emissão de R\$ 3,36 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações subsequentes, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 1.171.454 para R\$ 1.365.607, composto por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias, 69.380.885 ações preferenciais classe “A” e 5.129.741 ações preferenciais classe B.

Aquisição de participação na Vetria Mineração S.A

Em 3 de dezembro de 2012, a Companhia, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”) e os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica, por meio de uma sociedade anônima brasileira denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-ferrovia-porto.

A Vetria atua na exploração, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação de minério de ferro por meio de (i) um porto privado a ser construído em Santos/SP, (ii) uma capacidade de transporte ferroviária garantida nos termos de um contrato de prestação de serviços de transporte celebrado com a ALL, e (iii) uma mina própria localizada no Maciço de Urucum, na região de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Os parágrafos a seguir descrevem a natureza dos ativos que foram aportados pela Triunfo e Vetorial para a constituição da Vetria:

- Santa Rita, uma subsidiária integral da Triunfo, que detinha o controle total do TPB, mudou sua razão social para Vetria (após o negócio). TPB era uma sociedade de responsabilidade limitada, que tinha um único ativo: terreno com licenças para a construção de um porto na região de Santos / SP.
- Vetorial detinha o controle total da Vetorial Mineração (“Mineradora”), detentora da mina de ferro operacional.

A constituição da Vetria contemplou, substancialmente, os seguintes elementos:

(a) Na data de fechamento da Associação, em 3 de dezembro de 2012, a Triunfo vendeu 80% do capital da Vetria para a ALL a prazo por aproximadamente R\$ 80 milhões.

(b) Na data de fechamento, a Vetorial vendeu 100% das quotas da Mineradora para a Vetria por aproximadamente R\$ 6 bilhões (valor FOB mina determinado por avaliador independente). Neste momento a Vetria assume a obrigação de pagar os royalties pela exploração do minério no valor de R\$ 6 bilhões, à medida da exaustão da mina.

(c) ALL e Triunfo autorizam a Vetorial a converter cerca de R\$ 3,4 bilhões de royalties a receber em investimento na Vetria, gerando uma diluição da participação da ALL de 80% para 55,38% e da Triunfo de 20% para 10,79%, ficando a Vetorial com 33,83% de participação.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Finalmente, a ALL trocou 5% de sua participação na Vetria para compensar o montante a pagar de aproximadamente R\$ 80 milhões com a Triunfo - descrito na alínea (a) acima. Como resultado, a ALL, Vetorial e Triunfo detém participações em Vetria de 50,38%, 33,83% e 15,79% em 31 de dezembro de 2012. A participação da ALL no capital da Vetria de 50,38%, foi estabelecida contratualmente através de Contrato de Associação, um dos documentos de constituição da Vetria, tendo em vista a contribuição da ALL nesse empreendimento, que está representada por viabilizar a logística do minério de ferro.

O Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Vetria estabelece a constituição de um bloco de controle em que o poder de deliberar sobre políticas operacionais e financeiras estratégicas são tomadas de forma compartilhada pelos representantes dos acionistas investidores.

Com o resultado destes eventos, a ALL registrou a participação obtida como investimento, o que corresponde a 50,38% (R\$ 1.997.183 em 31 de dezembro de 2012) do capital da Vetria, contra uma receita diferida, a qual será apropriada ao resultado à medida que o minério de ferro é exaurido, principal ativo responsável pela variação patrimonial da Vetria. Esta apropriação se iniciará quando da conclusão dos investimentos necessários para o escoamento do volume planejado no projeto, ou seja, mais de 20 milhões de toneladas por ano.

O Contrato de Associação prevê mecanismos de ajuste de participação de cada acionista no Capital Social da Vetria caso ocorram variações significativas nas condições estabelecidas na associação, tais como investimentos e reservas minerárias.

O referido acordo também inclui certas condições que devem ser cumpridas até 19 de dezembro de 2015 para que se confirme a continuidade das operações Vetria. Caso contrário, o contrato é considerado resolvido e os efeitos decorrentes da Associação se reverterem para o status quo (situação existente antes de 03 dezembro de 2012). A ALL, Vetorial, Triunfo e Vetria tem estruturado um plano de negócios concreto para o atendimento destas condições.

As principais condições são:

- Obtenção dos recursos financeiros necessários para os investimentos, incluindo o equity;
- Certificação das reservas minerais;
- Obtenção das licenças ambientais necessárias junto às autoridades governamentais;
- Aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos contratos operacionais entre ALL e Vetria, e;
- Obtenção da autorização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para implantação e operação do porto.

b) Controladas com patrimônio líquido negativo

Relativamente àquelas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo, foi constituída a respectiva provisão, a qual está sendo apresentada no grupo de passivo não circulante no balanço patrimonial, e foi computada da seguinte forma:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladas		Controladora			
	Passivo a descoberto	Resultado do período	Movimentação da provisão para		Provisão para	
			Passivo a descoberto no exercício		Passivo a descoberto	
			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Controladas diretas						
ALL Participações	(10.689)	(1.649)	(1.649)	(1.361)	10.689	9.569
Araucária Rail Technology S.A.	-	-	-	(428)	-	108
			<u>(1.649)</u>	<u>(1.789)</u>	<u>10.689</u>	<u>9.677</u>

Investimentos no balanço consolidado

Avaliados por equivalência patrimonial	Valor contábil dos investimentos	
	31/12/12	31/12/11
Coligada		
Rhall Terminais	2.956	2.255
TGG	10.231	7.631
Controlada em conjunto		
Vetria Mineração S.A	1.997.183	-
	<u>2.010.370</u>	<u>9.886</u>

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível – consolidado

		31/12/12		31/12/11	% Taxas médias anuais de amortização
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio na aquisição de investimentos	(i)				
ALL Malha Oeste		125.277	(21.322)	103.955	5,10%
ALL Malha Paulista		350.904	(39.481)	311.423	4,76%
ALL Malha Norte		2.055.057	(74.419)	1.980.638	1,44%
Santa Fé		462	(312)	150	10,00%
		<u>2.531.700</u>	<u>(135.534)</u>	<u>2.396.166</u>	
Direito de outorga - Contratos concessões	(ii)				
ALL Malha Oeste		3.118	(1.726)	1.392	3,33%
ALL Malha Paulista		12.252	(8.055)	4.197	3,33%
ALL Malha Sul		10.830	(5.744)	5.086	3,33%
		<u>26.200</u>	<u>(15.525)</u>	<u>10.675</u>	
Outros		110.500	(52.795)	57.705	13,23%
		<u>2.668.400</u>	<u>(203.854)</u>	<u>2.464.546</u>	

No consolidado, o intangível denominado ágio, representado pelos direitos de concessão, registrado no investimento da controladora está classificado no intangível.

- (i) O mais valia paga na aquisição das concessões, representada pelos direitos de concessão, é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões dado que o ativo possui vida útil definida.
- (ii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato dado que esse ativo possui vida útil definida.

	31/12/11		Movimentação				31/12/12			
	Custo Bruto	Amortização acumulada	Líquido	Adições	Movimentações que não afetam Caixa	Baixas	Amortização	Custo Bruto	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos	2.531.700	(79.451)	2.452.249	-	-	-	(56.083)	2.531.700	(135.534)	2.396.166
Direito de outorga - Contratos concessões	26.200	(14.801)	11.399	-	-	-	(724)	26.200	(15.525)	10.675
Outros	95.234	(40.907)	54.327	1.871	14.100	(705)	(11.888)	110.500	(52.795)	57.705
	2.653.134	(135.159)	2.517.975	1.871	14.100	(705)	(68.695)	2.668.400	(203.854)	2.464.546

Teste de perda no valor recuperável do ágio/direito de concessão

O ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGC), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

Malha Norte

O valor recuperável da Malha Norte foi determinado em dezembro de 2012, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada a projeções de fluxo de caixa, é de 12,2% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados, utilizando uma taxa de crescimento de 1,0%, que a Administração considera conservadora em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 1.980.638 (R\$ 2.452.050 em 31 de dezembro de 2011).

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para a Malha Norte é mais sensível às seguintes premissas:

Margens operacionais

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem. No longo prazo a margem operacional projetada está em torno de 35% da Receita Líquida.

Taxas de descontos

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 12,3% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à unidade geradora de caixa.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. A taxa de longo prazo utilizada foi de 8,9% a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

Entretanto, a administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

Malha Argentina

Em dezembro de 2010, a Administração avaliou o valor recuperável da Malha Argentina através de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções futuras de fluxo de caixa em dólares americanos considerando orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, cobrindo um período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, foi de 11,72% a.a. (em USD).

Em 30 de junho de 2011, a Administração revisou suas estimativas de recuperação do ágio na ALL Argentina, e o saldo remanescente naquela data, no montante de R\$ 12.883, foi baixado contra o resultado do período.

Em meados de 2012, a Administração efetuou os testes de recuperabilidade do ágio e não identificou necessidade de reconhecimento adicional de provisão para impairment do saldo remanescente.

14. Imobilizado – consolidado

	31/12/12		31/12/11		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	1.171.858	(354.450)	817.408	800.486	4,00%
Vagões	798.164	(201.614)	596.550	499.416	3,33%
Via permanente	2.523.700	(496.743)	2.026.957	1.750.665	4,42%
Outros	270.353	(130.080)	140.273	170.104	5,34%
	4.764.075	(1.182.887)	3.581.188	3.220.671	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	372.227	(103.939)	268.288	434.552	4,00%
Vagões	385.027	(112.749)	272.278	274.719	3,33%
Via permanente	1.235.380	(157.206)	1.078.174	872.533	1,48%
Almoxarifado de bens de uso	5.822	-	5.822	50.264	
Terrenos	36.653	-	36.653	45.704	
Edificações	93.067	(31.862)	61.205	48.104	5,20%
Móveis e utensílios	15.656	(12.642)	3.014	3.647	10,00%
Veículos rodoviários	78.384	(17.764)	60.620	63.384	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	110.612	(82.984)	27.628	28.902	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	60.312	(34.642)	25.670	21.667	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	101.217	(63.506)	37.711	47.919	9,94%
Aeronave	9.981	(827)	9.154	-	10,00%
Máquinas e equipamentos	74.841	(35.450)	39.391	17.517	10,00%
Outros	196.576	(60.896)	135.680	108.368	10,00%
	2.775.755	(714.467)	2.061.288	2.017.280	
Arrendamento mercantil					
Locomotivas	599.920	(101.988)	497.932	198.243	9,80%
Vagões	1.049.832	(347.743)	702.089	783.542	10,21%
Obras civis	19.503	(6.547)	12.956	14.636	9,09%
Equipamentos	17.290	(6.432)	10.858	12.587	10,00%
	1.686.545	(462.710)	1.223.835	1.009.008	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	39.034	-	39.034	53.264	
Vagões	62.892	-	62.892	68.624	
Via permanente	903.280	-	903.280	843.912	
Obras civis	-	-	-	29.110	
Outros	95.020	-	95.020	20.012	
	1.100.226	-	1.100.226	1.014.922	
	10.326.601	(2.360.064)	7.966.537	7.261.881	

Síntese da Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classes do imobilizado	31/12/11			Movimentação					31/12/12		
	Custo bruto	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam caixa	Baixas	Transferências	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	1.710.848	(475.810)	1.235.038	-	(307.118)	(2.278)	142.633	17.421	1.544.085	(458.389)	1.085.696
Vagões	1.063.107	(288.973)	774.134	-	(794)	(2.116)	122.994	(25.390)	1.183.191	(314.363)	868.828
Via permanente	3.158.021	(534.822)	2.623.199	-	(8.111)	(4.885)	614.055	(119.127)	3.759.080	(653.949)	3.105.131
Arrendamento mercantil	1.338.595	(329.587)	1.009.008	-	347.950	-	-	(133.123)	1.686.545	(462.710)	1.223.835
Imobilizações em andamento	1.014.922	-	1.014.922	906.719	170.478	(11.589)	(980.304)	-	1.100.226	-	1.100.226
Outros	982.360	(376.780)	605.580	12.327	(37.648)	(4.187)	100.622	(93.873)	1.053.474	(470.653)	582.821
TOTAL	9.267.853	(2.005.972)	7.261.881	919.046	164.757	(25.055)	-	(354.092)	10.326.601	(2.360.064)	7.966.537

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizadas, às contas de imobilizações em andamento, R\$ 110.719 (R\$ 134.879 em 31 de dezembro de 2011) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. Esta transação não afeta o fluxo de caixa. O custo financeiro da capitalização de juros sobre o imobilizado elegível foi de 154,8% do CDI a.a.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.686.545 (R\$ 1.338.595 em dezembro de 2011). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 407.709 (R\$ 423.545 em 31 de dezembro de 2011) de itens sob compromissos de arrendamentos mercantil financeiro e ativos em construção de contratos de longo prazo, os quais não afetam o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 17.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

15. Empréstimos e financiamentos

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Controladora					
Em moeda nacional					
Bancos Comerciais	109,9% do CDI	9,30%	Julho de 2015	206.609	210.524
			Trimestrais/Mensais Até		
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,30%	junho de 2017	43.484	53.195
Em moeda nacional					
Operações de "swap"				(17.320)	(10.260)
Total controladora				232.773	253.459
Controladas					
Em moeda nacional					
ALL Malha Sul				1.649.680	1.581.859
	CDI + 1,25%	9,79%	Setembro de 2015	328.858	330.545
	CDI + 1,23%	9,77%	Outubro de 2014	132.409	120.496
			Trimestrais		
BNDES (Investimentos)	TJLP + 1,4%	6,90%	Até julho de 2022	565.679	407.835
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,5%	8,00%	Até junho de 2017	188.471	230.460
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,5%	7,00%	Até junho de 2022	6.647	7.351
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,8%	7,30%	Até junho de 2017	95.486	116.775
BNDES (FINAME)	TJLP + 3,75%	9,25%	Janeiro de 2017	814	1.014
NCC	107,5% do CDI	9,09%	Julho de 2015	33.331	45.170
	107,0% do CDI	9,05%	Março de 2013	203.526	205.375
NCE	11,77% Pré BRL	11,77%	Junho de 2013	92.488	82.678
	12,07% Pré BRL	12,07%	Outubro de 2012	-	34.160
FINIMP	122,30% do CDI	10,41%	Abril de 2013	1.971	-
Ritmo				15.229	1.254
			Mensais até novembro de		
Bancos Comerciais	CDI + 2,30%	11,53%	2017	410	-
BNDES (FINAME)	TJLP + 2,59%	8,59%	Mensais até março de 2017	14.819	1.254
ALL Malha Paulista				413.611	350.382
			Trimestrais/mensais		
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4% a.a.	6,90%	até junho de 2022	330.881	250.953
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,5%	7,00%	até outubro de 2022	4.190	4.620
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,5%	8,00%	até outubro de 2017	78.540	94.809

Continuação

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
ALL Malha Norte				807.939	813.751
Investimentos BNDES	<u>TJLP + 1,5% a.a.</u>	7,00%	Trimestrais/mensais até setembro de 2016	243.691	352.286
	<u>TJLP + 3%</u>	8,50%	Trimestrais/mensais até janeiro de 2016	97.007	128.554
	<u>TJLP + 2,71%</u>	8,21%	Trimestrais/mensais junho de 2029	386.779	251.541
FINIMP	<u>TJLP + 1,4%</u>	6,90%	Trimestrais/mensais junho de 2022	79.416	81.370
	<u>122,30% do CDI</u>	10,41%	Abril de 2013	1.046	-
ALL Malha Oeste				78.146	66.217
Investimentos BNDES	<u>TJLP + 1,4%</u>	6,90%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	78.146	66.217
Terminal XXXIX				-	7
Investimentos - BNDES	<u>TJLP + 6%</u>		Trimestrais/anuais até dezembro 2011	-	7
Brado				81.906	51.085
Bancos Comerciais (terminal)	<u>CDI + 3,15%</u>	11,85%	Até junho 2016	14.909	31.563
BNDES (FINAME)	<u>TJLP + 2,80%</u>	8,80%	Até julho de 2022	39.301	-
NCE	<u>CDI + 2,18%</u>	10,80%	Até junho de 2014	16.020	-
Investimentos BNDES	<u>TJLP + 3,55%</u>	9,55%	Até julho de 2022	11.676	19.522
				3.046.511	2.864.555
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)				31/12/12	31/12/11
ALL Malha Sul					
Operações de swap				8	-
ALL Malha Norte					
Operações de swap				4	(1.844)
ALL Malha Paulista					
Operações de swap				-	75
				12	(1.769)
Em moeda nacional				31/12/12	31/12/11
ALL Malha Sul					
Operações de swap				27.204	12.640
ALL Malha Oeste					
Operações de swap				5.109	(1.421)
				32.313	11.219

Continuação

Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/12	31/12/11
ALL Argentina				191	81.284
Bancos Comerciais	16,00%	16,00%	Março de 2013	191	9.748
Patagonia	17,00%	17,00%	Agosto de 2012	-	7.004
Santander	19,75%	19,75%	Outubro de 2012	-	13.248
Citibank	16,65%	16,65%	Junho de 2012	-	2.195
Citibank	17,25%	17,25%	Agosto de 2012	-	3.589
Citibank	20,00%	20,00%	Outubro de 2012	-	30.025
HSBC	19,25%	19,25%	Outubro de 2012	-	15.475
Total das controladas				3.079.027	2.955.289
Total consolidado				3.311.800	3.208.748
Parcela no circulante				870.738	457.534
Parcela no exigível a longo prazo				2.441.062	2.751.214

Composição por ano de vencimento da parcela exigível a longo prazo:

		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11
	2013	-	782.766
	2014	203.676	659.147
	2015	682.867	434.757
	2016	458.425	216.895
	A partir de 2017	1.096.094	657.649
	Total	2.441.062	2.751.214

Abreviaturas:

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI	- Certificado de Depósito Interfinanceiro
FINAME	- Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
TJLP	- Taxa de Juros de Longo Prazo
CCB	- Cédula de Crédito Bancário
NCE	- Nota de Crédito Exportação
NCC	- Nota de Crédito Comercial
CG	- Capital de Giro
IGP-M	- Índice Geral de Preços-Mercado
FINIMP	- Financiamento de Importação

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Em garantia dos empréstimos, financiamentos foram entregues notas promissórias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, salvo para financiamentos de locomotivas, vagões e caminhões, nos quais os mesmos são dados em garantia.

Para cálculo das taxas efetivas foi considerado, em bases anuais, o CDI médio do ano de 8,44%, a TJLP do ano de 6% e o IPCA de 5,84%.

Os contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo entre 1,0% e 2,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução.

Quando a Companhia toma financiamentos em moeda estrangeira, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados e estão sendo atendidos.

A *covenant* Dívida Líquida sobre o EBITDA ajustado (em português o LAJIDA) é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior "ALL Argentina". Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às *covenants*.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12
Dívida líquida / EBITDA ajustado	2,24	2,48	2,58	2,40	2,34
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	3,13	3,02	2,99	3,01	3,07

O EBITDA ajustado se apresenta devidamente demonstrado no relatório de administração e reconciliado no documento "Conciliação LAJIDA consolidado" localizado na sessão "Dados econômicos Financeiros" da ALL no site da CVM (www.cvm.gov.br), conforme determinação da Instrução CVM no. 527 de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação do EBITDA.

16.Debêntures - consolidado

As emissões de debêntures da controladora e suas controladas apresentam os seguintes saldos:

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/12		31/12/11	
						Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora									
5ª emissão	01/09/05	200.000	01/09/14	CDI + 2,40%	11,03%	24.099	21.549	15.438	51.702
6ª emissão	01/07/06	700.000	01/07/14	CDI + 2,40%	11,03%	72.160	66.409	79.750	132.036
7ª emissão - (i)	17/11/09	5	02/10/12	IPCA + 3%	9,84%	-	-	6	-
8ª emissão - 1ª	15/04/11	539.160	15/04/16	CDI + 1,65%	10,22%	11.562	537.443	13.034	536.621
8ª emissão - 2ª	15/04/11	270.840	16/04/18	IPCA + 8,4%	14,73%	17.107	295.339	16.196	279.512
9ª emissão - 1ª	22/08/11	145.769	15/07/16	CDI + 1,65%	10,22%	10.373	141.680	6.833	142.918
9ª emissão - 2ª	22/08/11	219.150	15/07/16	CDI + 1,65%	10,22%	7.687	213.029	8.877	215.008
10ª emissão	01/10/12	750.000	02/10/17	CDI + 1,30%	9,84%	1.755	745.993	-	-
						144.743	2.021.442	140.134	1.357.797
Controladas Diretas									
ALL Malha Sul									
3ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% CDI	9,14%	8.347	189.324	22.551	159.134
						8.347	189.324	22.551	159.134
ALL Malha Norte									
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	7,00%	68.780	124.491	45.738	186.736
2ª emissão	10/04/00	60.000	01/05/15	TJLP + 4%	9,50%	-	-	11.901	35.701
3ª emissão	14/01/02	40.000	01/05/15	TJLP + 4%	9,50%	-	-	7.629	22.887
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	9,14%	4.748	164.086	7.914	163.524
8ª emissão	18/10/12	160.000	19/10/20	10,10% Pré BRL	10,10%	2.568	153.949	-	-
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% BRL		20.673	66.808	-	89.906
						96.769	509.334	73.182	498.754
ALL Malha Paulista									
1ª emissão	10/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	9,63%	6.309	164.086	7.914	163.523
						6.309	164.086	7.914	163.523
Consolidado						256.168	2.884.186	243.781	2.179.208

Composição por ano de vencimento das parcelas exigíveis a longo prazo:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
2013	-	254.020
2014	181.861	169.361
2015	521.214	526.613
2016	645.196	617.936
A partir de 2017	1.535.915	611.278
Total	2.884.186	2.179.208

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2011, foi aprovada a 9ª emissão de debêntures da Companhia, na qual foram emitidas 41.432 debêntures simples em 2 séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 359.676, as quais foram emitidas única e exclusivamente para o fim de possibilitar a troca das debêntures da 5ª emissão e da 6ª emissão.

A 1ª série teve 13.376 debêntures destinadas aos debenturistas da 5ª emissão, o valor unitário foi de R\$ 10,7 com ágio de 2,16% sobre a quantidade de debêntures de cada debenturista da 5ª emissão.

A 2ª série teve 28.056 debêntures destinadas aos debenturistas da 6ª emissão, o valor unitário foi de R\$ 7,7 com ágio de 2,09% sobre a quantidade de debêntures de cada debenturista da 6ª emissão. A emissão foi feita de acordo com a lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações subsequentes, e Instrução CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 15 “Empréstimos e financiamentos” e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado.

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observadas na nota explicativa 20 “Transações com partes Relacionadas”.

17. Arrendamento mercantil – consolidado

17.1 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

A Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos relacionados aos respectivos contratos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis são:

Bens	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
ALL Malha Sul				
Vagões	67.358	179.991	67.358	230.619
ALL Malha Norte				
Materiais rodantes	71.472	540.402	72.584	511.753
ALL Malha Paulista				
Materiais rodantes	46.238	602.483	95.141	289.189
Brado Logística				
Vagões/Equip. Informática	1.023	8.551	776	906
	<u>186.091</u>	<u>1.331.427</u>	<u>235.859</u>	<u>1.032.467</u>

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Bens	Total dos futuros pagamentos		
	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5
ALL Malha Sul			
Vagões	89.993	263.421	8.346
ALL Malha Norte			
Materiais rodantes	82.285	358.232	112.479
ALL Malha Paulista			
Materiais rodantes	152.963	579.418	31.590
Brado Logística			
Vagões/Equip. Informática	583	7.491	-
	<u>325.824</u>	<u>1.208.562</u>	<u>152.415</u>

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por IGPM acrescido da variação da TJLP. Para trazer os pagamentos à valor presente foi considerada uma taxa CDI média de 10%.

17.2 Arrendamento mercantil operacional

Bens		Total dos pagamentos mínimos futuros		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	3.285	657	-
Software	(ii)	1.880	-	-
Imóveis	(iii)	820	-	-
		<u>5.985</u>	<u>657</u>	<u>-</u>

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos, sistemas aplicativos (*softwares*) e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

- (i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de abril/2013.
- (ii) Contratos de uso dos sistemas aplicativos têm vigência por período indeterminado, podendo ser renovado anualmente com correção anual.
- (iii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

18. Arrendamentos e concessões - consolidado

A Companhia e suas controladas registram suas obrigações relacionadas aos contratos de Arrendamento, linearmente de acordo com os prazos dos mesmos. Os valores no passivo não circulante referem-se a valores não pagos em decorrência de discussões quanto às condições dos contratos e/ou parcelas apropriadas durante o período de carência dos mesmos.

O saldo a pagar de concessões equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço.

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Arrendamento				
ALL Malha Sul	13.558	32.326	12.616	33.927
ALL Argentina	25.401	-	10.768	-
ALL Malha Paulista	-	766.778	-	642.152
ALL Malha Oeste	-	583.997	-	512.306
Concessão				
ALL Malha Sul	3.500	20.744	3.237	19.802
ALL Malha Paulista	-	21.910	-	52.007
ALL Malha Oeste	-	40.548	-	36.247
	<u>42.459</u>	<u>1.466.303</u>	<u>26.621</u>	<u>1.296.441</u>

As condições dos contratos de arrendamento e concessão são:

Contratos de arrendamento e concessão							
	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago á vista	Saldo	Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
Arrendamentos							
ALL Malha Oeste	30	56.440	4.969	51.471	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	202.112	82.032	120.080	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.
Concessões							
ALL Malha Oeste	30	3.118	409	2.709	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	10.830	4.510	6.320	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.

ALL Malha Sul - As parcelas de arrendamento da controlada ALL Malha Sul são apropriadas linearmente no passivo e resultado, pelo prazo do respectivo contrato, acrescidas de variação do IGP-DI e juros às taxas pactuadas. As parcelas referentes ao período de carência (1997 a 1999) estão sendo pagas de forma corrigida durante o período restante de concessão.

ALL Malha Paulista - Em 29 de agosto de 2005, foi realizada cisão parcial entre ALL Malha Paulista e Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), sendo que a mesma passou a se responsabilizar por 35,6% dos valores totais de concessão e arrendamento.

Em 2005, a controlada ALL Malha Paulista suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento a RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente por decisão liminar para efetuar depósitos judiciais em nome da União. Mediante autorização judicial obtida em 2007, estes depósitos judiciais foram levantados e a Companhia tem contratado fianças bancárias para garantir o pagamento das parcelas. Para mais detalhes, vide nota explicativa 19.

Considerando que a ALL Malha Norte depende das linhas da ALL Malha Paulista para a continuidade de suas operações de transporte, iniciadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e finalizadas em Santos (SP), a ALL Malha Norte celebrou com a ALL Malha Paulista, em 10 de janeiro de 2006, um Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia, pelo qual efetuou o depósito judicial em favor da ALL Malha Paulista, no montante de R\$113.529 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 113.191 em 31 de dezembro de 2011).

Para cumprir o acordo de investimentos com os acionistas, assinado em 5 de maio de 2005, foi prevista a desincorporação das operações do trecho Bauru-Mairinque da ALL Malha Paulista, passando essa operação a ser efetuada pela ALL Malha Oeste a partir de 1º de outubro de 2005, em razão do Memorando de Entendimentos datado de 23 de setembro de 2005.

A ANTT aprovou a desincorporação das operações por meio da Resolução nº 1.010, publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2005.

ALL Malha Norte - Em 19 de maio de 1989, a controlada direta ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia

(MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar subconcessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a conseqüente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços e; f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da controlada serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

ALL Malha Oeste - Por força de discussão judicial, essa controlada direta suspendeu o pagamento da concessão e arrendamento e as parcelas trimestrais são garantidas através de fiança bancária no seu vencimento.

19. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Contingências			
			Prováveis		Possíveis e remotas	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ações trabalhistas						
No Brasil	197.688	217.335	111.339	116.632	785.681	868.237
Ações cíveis, regulatórias e ambientais						
No Brasil	128.341	126.958	38.636	28.627	538.815	445.401
Na Argentina	-	-	9.459	8.863	-	-
Ações tributárias						
No Brasil	2.455	9.656	58.680	55.559	1.923.543	1.500.967
Total	328.484	353.949	218.114	209.681	3.248.039	2.814.605

	31/12/11	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/12
Ações trabalhistas	116.632	124.929	(113.202)	(17.020)	111.339
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	37.490	18.243	(6.935)	(703)	48.095
Ações tributárias	55.559	12.972	(27)	(9.824)	58.680
Total	209.681	156.144	(120.164)	(27.547)	218.114

As controladas estão envolvidas em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

a) Ações trabalhistas

As controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2012 registram uma provisão de R\$ 111.339 (R\$ 116.632 em 31 de dezembro de 2011), no consolidado, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. A redução do valor provisionado em relação ao período anterior deve-se, basicamente aos acordos firmados pela Companhia.

Das ações em andamento os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais, diferenças de multas de 40% de FGTS decorrentes de expurgos fundiários, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, diferenças de remuneração variável e outros.

b) Ações cíveis, regulatórias e ambientais

Cíveis

As controladas são partes em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, mantém registros para as perdas prováveis.

Regulatórias

Dentre as ações relevantes, atualmente, tanto a ALL Malha Paulista como a ALL Malha Oeste, questionam na justiça o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em julho de 2000, a ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Declaratória na 20ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da RFFSA.

A ALL Malha Paulista requereu uma perícia para apuração de novo valor para as parcelas de arrendamento e concessão, bem como suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva perícia, para constatar o valor adequado. Em julho de 2005, a liminar foi deferida. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. O processo ainda não apresenta sentença e aguarda a conclusão da fase pericial e apresentação do respectivo laudo pericial final. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até setembro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária.

A ALL Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização. O processo tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da ALL Malha Oeste estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), que vinham sendo registradas na rubrica de investimentos de longo prazo. Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou esse investimento.

Os passivos relacionados a contratos de concessão estão registrados na conta de arrendamento e concessão, como divulgado na nota explicativa 18.

Ambientais

Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível das concessionárias.

c) Ações tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao ICMS Exportação (incidência de ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação), diferencial de alíquota do ICMS sobre transporte interestadual, PIS/COFINS sobre operações de tráfego mútuo e IRPJ/CSLL sobre operações financeiras realizadas na Áustria e Espanha.

Para ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas como perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 58.678 (R\$ 55.559 em 31 de dezembro de 2011).

ICMS Exportação - A Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo lavrou autos de infração contra a ALL Malha Sul, cujos valores atuais montam em aproximadamente R\$ 77.847, em virtude do não recolhimento do ICMS referente à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação e aproveitamento

de créditos de ICMS supostamente não autorizados pela legislação. No segundo trimestre de 2010 foi proferida a primeira decisão favorável no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, para o fim de anular a exigência do ICMS incidente sobre as operações de exportação. No quarto trimestre de 2010, duas das discussões chegaram a fim no âmbito administrativo e se iniciou a discussão judicial, com a apresentação de Embargos à Execução Fiscal precedida de oferta de carta de fiança para garantia do juízo. A ação é considerada como possível de perda.

O mesmo tema foi objeto de autuação na ALL Malha Oeste, no valor atual de aproximadamente R\$ 30.531. Todos os autos de infração se encontram em discussão judicial com garantia de juízo através de carta de fiança. Cabe ressaltar que já é posicionamento consolidado nos tribunais superiores (STJ) a não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, tendo em vista a previsão existente no art. 155 da Constituição Federal e no artigo 3º, inciso II da Lei 87/1996. A ação é considerada pelo jurídico da Companhia como possível de perda.

A ALL Malha Norte ajuizou uma Ação Anulatória de débito fiscal, tendo em consideração que a empresa foi autuada por não recolher o ICMS sobre o transporte de mercadorias destinadas ao exterior tendo como valor envolvido o montante de R\$ 14.817. No último trimestre de 2010, o Tribunal do Estado do Mato Grosso confirmou a decisão de primeiro grau que anulou o auto de infração integralmente, sendo que esta decisão transitou em julgado favoravelmente a ALL Malha Norte em dezembro de 2010. Os Desembargadores entenderam que o ICMS não é devido no transporte de mercadorias com destino à exportação mediante entrega nos portos, o que fez reduzir a contingência em R\$ 14.817.

Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou novo auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao novo lançamento por entender que as operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 70.382 (valor atual). A ALL Malha Norte apresentou Recurso Administrativo para a 2ª Instância de Julgamento, o qual aguarda decisão. A ação é considerada como possível de perda.

ICMS – sobre crédito de ativo imobilizado - Em abril de 2005, a ALL Malha Sul obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao auto de infração da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul que autuou a Companhia em decorrência do aproveitamento de crédito de ICMS sobre aquisição de bens e equipamentos destinados à recuperação e reforma do ativo imobilizado. Desta decisão, o Estado do Rio Grande do Sul interpôs Recurso Extraordinário perante o STF o qual se manifestou favorável com relação aos créditos, e apenas determinou a volta do processo para que o Tribunal Justiça do Rio Grande do Sul se manifeste com relação ao diferencial de alíquota. Com relação a esta determinação do STF de retorno dos autos ao TJ/RS a ALL interpôs Agravo Regimental o qual aguarda julgamento. O valor da autuação em discussão é de aproximadamente R\$ 21.924, sendo que a ALL já recolheu aos cofres públicos do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 11.192 e suspendeu o pagamento do saldo remanescente de R\$ 8.825 em decorrência da referida decisão favorável do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, já confirmada pelos Tribunais Superiores. Ademais, a Lei Complementar nº 87/96, autorizou o aproveitamento integral do direito ao crédito na aquisição de bens destinados ao ativo permanente. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

PIS/COFINS – Tráfego Mútuo – A ALL Malha Paulista foi autuada por não recolhimento de PIS e COFINS em relação às receitas de tráfego mútuo e direito de passagem e ainda permanece discutindo o valor atualizado de R\$ 78.940, no período de 1999 a 2006 (PIS e COFINS cumulativos). A empresa entende que a chance de perda é remota, uma vez que os valores em discussão já foram recolhidos, previamente, pelas concessionárias responsáveis pelo transporte na origem. As decisões proferidas até a presente data já reduziram as autuações em aproximadamente R\$ 43.000.

IRPJ/CSL, PIS e COFINS - A ALL Malha Sul foi autuada em R\$ 620.383 pela exclusão da base de cálculo de juros sobre aplicações financeiras realizadas na Áustria e na Espanha, bem como em relação às despesas financeiras de empréstimos os quais foram considerados indedutíveis. As autoridades fiscais também emitiram autos de infração de Pis e da Cofins sobre operações de swap contratadas para garantir empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia entende que a probabilidade de perda é remota, uma vez que as aplicações financeiras foram realizadas com Países com os quais o Brasil possui Tratados prevendo a não tributação dessas operações,

bem como a incidência de Pis e Cofins sobre operações de hedge foi afastada pelo Decreto nº 5442/2005. Em março de 2011, a ALL Malha Sul tomou ciência da decisão de 1ª Instância Administrativa (Delegacia da Receita Federal), a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 335.913. A ALL Malha Sul apresentou recurso voluntário, o qual aguarda julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Federais(CARF). Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IPTU - A ALL Malha Sul e a ALL Malha Paulista possuem valor atual de aproximadamente R\$ 2.821 referente à incidência de IPTU nos imóveis de propriedade da União, que, em razão da concessão outorgada encontram-se em poder desta para a consecução dos serviços públicos de transporte ferroviário. Entretanto, há previsão na Constituição Federal que não há incidência de tributos sobre bens de propriedade da União Federal e a Companhia já possui diversas decisões favoráveis. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

ISS – A Portofer possui três autos de infração, no valor atual de aproximadamente R\$ 2.780, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

IRPJ/CSLL – A ALL Intermodal foi autuada, em novembro de 2010, pela Receita Federal no montante original de R\$ 63.251 referente à IRPJ e CSLL. Estes valores foram obtidos a partir da glosa de despesas decorrentes de pagamento de parcelas variáveis do contrato de arrendamento de imóveis, equipamentos, máquinas e veículos que a ALL Intermodal firmou. Estas despesas foram consideradas indedutíveis e por isto foram glosadas pela Receita. A empresa considerou o risco possível desta autuação, visto que o contrato de arrendamento de bens era necessário, usual e normal às atividades da ALL Intermodal. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Federais(CARF).

Contribuições Previdenciárias – A ALL Malha Paulista foi autuada, em junho de 2011, no valor original de R\$ 38.241, referente ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhista de natureza indenizatória. A empresa apresentou impugnação administrativa, sob alegação de que há previsão legal que ampara o não recolhimento das referidas verbas, dada a sua natureza e eventualidade do pagamento. Em julgamento de primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de São Paulo (DRF) manteve integralmente o auto de infração. A empresa ingressou com Recurso Voluntário contra esta decisão sendo que em novembro de 2012 obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o valor do débito para aproximadamente R\$ 700. A empresa impetrou Recurso Especial perante a Câmara Superior de Julgamento para discussão do montante controverso. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IRPJ/CSLL – ALL S.A–Auto de Infração lavrado pela Receita Federal no valor original de R\$ 327.186, referente as seguintes supostas infrações: glosa de Ágio gerado em operações baseado em rentabilidade futura, glosa de despesas financeiras e ganho de capital na alienação de participação acionária em empresas do mesmo Grupo Econômico devido ao reconhecimento parcial do valor do ágio. A ALL S.A apresentou defesa em setembro de 2011. Em julgamento em primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF), julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela empresa, reduzindo o valor do auto para R\$ 272.271. A empresa ingressou com Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para converter parcialmente a referida decisão que manteve parte do crédito. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

Contribuições Previdenciárias – Stock Options – Auto de infração lavrado pela Receita Federal no valor atual de R\$ 28.594 referente a suposto débito de contribuições previdenciárias incidentes sobre os Planos de Opção de Compra de Ações da empresa, considerados pela Receita Federal como de natureza remuneratória. A empresa apresentou defesa argumentando que os Planos de Opção possuem natureza puramente mercantil. A Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF) pronunciou decisão no sentido de manter integralmente o crédito tributário. A empresa impetrou Recurso Voluntário e aguarda o julgamento do mesmo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IRRF – A ALL Malha Paulista realizou pedido de compensação referente a crédito de Saldo Negativo de IRPJ do exercício de 2009, período de apuração 01/01/2008 a 31/12/2008. A Receita Federal do Brasil ao julgar as

compensações realizadas houve por bem homologar parcialmente o pleito, e glosou parte do crédito tributário por entender que a “receita correspondente não foi oferecida à tributação”, o débito oriundo da glosa possui valor atual de R\$ 50.687. Entendeu a RFB que a Empresa não tem direito à compensação do IRF, sobre os rendimentos decorrentes de operações de Swap. A empresa apresentou manifestação de inconformidade defendendo que as retenções de Imposto de Renda ocorridas sobre qualquer aplicação financeira, inclusive em operações de hedge, podem ser compensadas com o imposto de renda devido por ocasião da apuração do lucro real, de acordo com o artigo 76 da Lei nº 8.981/1995, pleiteando desta forma a integralidade do direito creditório do saldo negativo de IRPJ indicado nas PER/DCOMP's objeto do processo. Atualmente aguarda o julgamento da manifestação de inconformidade. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

Parcelamento MP 470 – A ALL Malha Sul e a ALL Intermodal tiveram seus processos de pedido de parcelamento nos moldes na Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009 deferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil pelo fato de a autoridade fazendária entender que as empresas não possuíam saldo suficiente de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido indicados para abater dos débitos incluídos no referido parcelamento. O deferimento parcial do pedido de parcelamento originou os processos administrativos da ALL Malha sul e ALL Intermodal cujos valores atuais são de R\$ 88.026 e R\$ 10.050 respectivamente que aguardam julgamento em primeira instância administrativa. Para os referidos processos a probabilidade de perda é considerada possível.

Devido as características do ambiente jurídico e regulatório brasileiro não é possível estimar com segurança o tempo estimado para que as ações sejam julgadas.

20. Transações com partes relacionadas

As entidades consideradas como partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa 3.

	Controladora							
	Realizável longo prazo		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Controladas								
ALL Argentina	88.460	78.683	4.348	5.597	-	-	-	-
ALL Armazéns Gerais	-	-	-	11.249	-	-	-	-
ALL Equipamentos	98	58	-	-	-	-	-	-
ALL Intermodal	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL Malha Norte	-	11.904	-	-	11.463	11.760	-	-
ALL Malha Oeste	-	-	-	146	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	-	-	-	-	43.942	45.975	-	-
ALL Malha Sul	203	-	-	12	1.100	-	-	-
ALL Overseas	214	196	-	-	-	-	-	-
ALL Participações	-	-	11	11	-	-	-	-
ALL Rail Management	-	60	-	-	-	-	-	-
Araucária Rail Technology S.A.	4.479	4.099	-	-	-	-	-	-
ALL Serviços	-	1.097	-	-	-	-	1.398	790
Boswells	-	-	12.762	-	-	-	-	-
Santa Fé	2.048	4.216	-	-	-	-	-	-
Portofer	-	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
PGT	-	-	77	77	-	-	-	-
	<u>95.502</u>	<u>100.313</u>	<u>17.198</u>	<u>17.092</u>	<u>56.505</u>	<u>57.735</u>	<u>1.398</u>	<u>790</u>

Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de alugueis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas. Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.

A controlada ALL Malha Norte mantém com o BNDES Participações S.A., que é acionista da ALL, operação de debêntures remunerada a juros de mercado, no valor de R\$ 280.752 em 31 de dezembro de 2012, cujo prazo de vencimento é até junho de 2016.

Adicionalmente, existem contratos operacionais entre as companhias do grupo ALL, realizados de forma comutativa, assim como existem contratos de mútuo financeiro com as controladas indiretas argentinas, ALL Mesopotâmica e ALL Central, cujos valores em 31 de dezembro de 2012 somam, respectivamente R\$ 19.956 e R\$ 75.646, cujos anos de vencimento são 2013 e 2014.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora a saber:

	Garantidas				
	ALL S.A.	ALL Malha Sul	ALL Malha Paulista	ALL Malha Norte	Total
Garantidoras					
ALL S.A. (controladora)					
Debêntures	-	197.671	170.395	325.351	693.417
BNDES	-	195.117	82.730	-	277.847
CCB	-	817.816	-	-	817.816
	-	1.210.604	253.125	325.351	1.789.080
ALL Malha Sul					
Debêntures	2.166.185	-	-	-	2.166.185
ALL Malha Norte					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Malha Paulista					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Malha Oeste					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Intermodal					
Debêntures	184.216	-	-	-	184.216
CCB	-	328.858	-	-	328.858
	184.216	328.858	-	-	513.074

Transações com outras partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Em ata de Assembléia Geral realizada em 29 de abril de 2011, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 600, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 29.500, estas remunerações são válidas até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

		<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Remunerações		22.757	22.741
Remunerações baseadas em ações	(i)	5.698	18.762

(i) As condições estão descritas na nota explicativa 26.

Para as remunerações dos administradores não são dadas ou recebidas garantias.

Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, incluindo as previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A decisão acerca de todas as operações da Companhia é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é impedido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

21. Provisão para lucro não realizado

Em 31 de dezembro de 2001, a controladora alienou para a controlada ALL Malha Sul o direito de uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Junior e Pinhalzinho / Apiaí a Iperó, pelo valor de mercado de R\$ 22.387, suportado por laudo de avaliação de peritos independentes naquela mesma data base. Em 31 de dezembro de 2001, a controladora constituiu provisão correspondente ao lucro não realizado desta operação de R\$ 19.312, apresentada no exigível a longo prazo. Até 31 de dezembro de 2012, foram realizados R\$ 8.182 (R\$ 7.438 até 31 de dezembro de 2011). A realização do lucro é reconhecida de forma linear ao longo do prazo do direito de uso.

22. Antecipação de créditos imobiliários– CRI - consolidado

A Companhia e a controlada ALL Malha Norte firmaram contratos cedendo créditos decorrentes de locação de terminais, cujos saldos são:

		<u>31/12/12</u>		<u>31/12/11</u>	
		<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
ALL S.A. (controladora)	(i)	43.375	133.304	29.967	75.794
ALL Malha Norte	(ii)	107.655	228.560	121.644	346.443
		<u>151.030</u>	<u>361.864</u>	<u>151.611</u>	<u>422.237</u>

O saldo é composto por duas operações de CRI:

- (i) CRI I: Em 29 de fevereiro de 2008 a Controladora celebrou contrato de cessão de créditos decorrentes da locação do Terminal Intermodal de Tatuí. A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios de 12,38% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro

vencimento foi em março de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

- (ii) CRI II: Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia (MT), a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

23. Receitas diferidas - consolidado

		31/12/12		31/12/11	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora					
Vetria Mineração S.A	(iv)	-	1.997.183	-	-
Controladas					
ALL Intermodal	(i)	34	404	34	447
ALL Malha Norte	(ii)	1.528	9.778	1.528	11.306
ALL Malha Paulista	(iii)	858	12.497	858	13.354
ALL Malha Sul	(iii)	191	2.394	191	2.585
		<u>2.611</u>	<u>2.022.256</u>	<u>2.611</u>	<u>27.692</u>

- (i) Refere-se à receita diferida originada na integralização de capital social mediante terreno cedido em comodato (até 2025) pela ALL Intermodal à Rhall Terminais Ltda., apropriado linearmente pelo prazo restante da concessão.
- (ii) Provém de receita auferida na venda de 28 locomotivas, com posterior celebração de contrato de *lease back* com o Banco Itaú, pelo prazo até 2018.
- (iii) Decorrente de contratos firmados com empresas de comunicação, cujo objeto é a cessão da faixa de domínio do leito da linha para passagem de cabos de fibra ótica pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas (até 2028), sendo apropriado linearmente ao resultado pelo prazo restante da cessão do direito.
- (iv) Investimento na Vetria cuja contrapartida é considerada uma receita diferida no passivo não circulante, a qual será diferida à medida da exaustão e comercialização do minério.

24. Parcelamentos fiscais e previdenciários - consolidado

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09 (i)	33.452	160.831	33.202	176.948
Salário Educação	343	-	343	-
ISS	385	322	810	1.025
INSS	684	-	884	-
ICMS / IVA	260	-	-	4.806
	<u>35.124</u>	<u>161.153</u>	<u>35.239</u>	<u>182.779</u>

(i) Com o intuito de reduzir sua exposição tributária, a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, está representado conforme abaixo:

	31/12/12	31/12/11
Ordinárias	687.664.312	687.664.312

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 de ações ordinárias.

Em 04 de agosto de 2011, foi retificado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia homologado em 22 de dezembro de 2010. A retificação refere-se à redução do capital social integralizado de R\$ 24.170 para R\$ 2.417.

Em 28 de dezembro de 2011, foi retificado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia homologado em 22 de dezembro de 2010, já retificado em 04 de agosto de 2011. A presente retificação refere-se à redução da quantidade das ações subscritas de 1.620.000 para 162.000 ações.

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2012, foram usadas 1.387.864 ações (110.574 em 31 de dezembro de 2011) para liquidação de opções de ações exercidas no exercício. As transferências foram registradas ao custo médio ponderado das ações em tesouraria de R\$ 9,15.

Durante o exercício de 2012, a Companhia não efetuou recompra de ações (em 31 de dezembro de 2011 foram recompradas 6.518.910 ações, ao custo total de R\$ 56.138).

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia detinha 5.591.610 ações ordinárias em Tesouraria (6.979.474 em 31 de dezembro de 2011), ao custo médio de R\$ 9,15 (R\$ 9,15 em 31 de dezembro de 2011).

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os dividendos propostos foram assim calculados:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro líquido do exercício	237.315	244.945
Reserva Legal (5%)	(11.866)	(12.247)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	225.449	232.698
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	56.362	58.174
Dividendos propostos (mínimo obrigatório - 25%)	56.362	58.174

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Quantidade de ações ordinárias	687.664	687.664
Dividendos por ação ordinárias	0,08196	0,08460

d) Reserva de lucros

Conforme a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base nas disposições estatutárias, as quais estão sustentadas com o plano de investimento da Companhia através dos usos e fontes submetidos ao Conselho de Administração e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, que determina que esta reserva não excederá o capital social subscrito, em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e das empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

e) Adiantamentos para futuro aumento de capital

São valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, decorrentes das contribuições do Plano de Opção de Compra de Ações, descrito na nota explicativa 26, e são apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

f) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de

75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2012 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 53.314 (R\$ 55.758 em 31 de dezembro de 2011), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

26. Remuneração baseada em ações

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 7.534 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 24.992 em 31 de dezembro de 2011).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações (“Comitê”), representado por todos os membros do Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5%

no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

O quadro abaixo demonstra o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) das opções de aquisição de ações e respectivas movimentações durante o período:

	2012		2011	
	No.	MPPE	No.	MPPE
Saldo inicial	8.310.924	12,73	10.126.175	12,55
Novas outorgas	5.490.000	9,30	-	-
Perdidas	(1.383.532)	-	(1.704.677)	15,73
Exercidas	(819.605)	5,11	(110.574)	9,09
Saldo final	11.597.787	12,63	8.310.924	12,73
Vestidas	6.480.503		7.614.584	
Não-vestidas	5.117.284		696.340	

O preço médio ponderado das ações no transcorrer do exercício foi de R\$ 9,75 e R\$ 13,99 em 2012 e 2011, respectivamente.

No dia 03 de agosto de 2009, o Comitê cancelou os Programas 2007 e 2008, trocando as opções ainda não exercidas pelos beneficiários destes planos por um novo Programa 2009 na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados (Programas 2007 e 2008), os beneficiários afetados receberam 5 opções da mesma espécie e classe no âmbito do Programa 2009, criado na mesma data com as seguintes características: (i) volume de ações: 6.850.805 ações, sendo 1.350.000 ordinárias e 5.400.000 preferenciais; (ii) preço por ação: R\$ 2,20, equivalente a R\$ 11,00 por *Unit*; (iii) aquisição do direito de efetuar aquisição de ações reinicia do zero (não contam os prazos decorridos relativos aos programas de 2007 e 2008); e (iv) período de aquisição do direito de efetuar contribuições para adquirir ações de 5 anos, 20% ao ano.

Em 6 de fevereiro de 2012, o Comitê aprovou o Programa de 2012, o qual também difere da regra geral no sentido de que o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no primeiro ano, 15% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 25% no quarto ano e 25% no quinto e último ano. Outra diferença deste Programa comparado aos demais, é de que os beneficiários terão prazo de indisponibilidade de dois anos a contar da data do exercício de cada opção.

Caso seja necessária a emissão de novas ações, a Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembleia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei 6.404/76 e alterações subsequentes.

A média ponderada do prazo contratual remanescente das opções de ações restantes em 31 de dezembro de 2012 é de 6,5 anos. O preço de exercício dessas opções tem valor máximo e mínimo de R\$ 17,02 e R\$ 10,01 em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

2012

Volatilidade esperada (%)	36.4%
Taxa de juros livre de risco (%)	6% + IGPM
Prazo de vida esperado da opção (anos)	6
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11
Modelo de precificação usado	Black & Scholes

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

Programa de “Restricted Share Options”

Em reunião realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê aprovou o programa de “Restricted Share Options”. O programa consistia na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de funcionários e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício estava condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012;(ii) ao atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

Durante o período de *vesting* foram perdidas 1.050.000 opções, sendo que ao final do período, do subtotal remanescente (1.950.000 opções), 57,50% das opções foram de fato entregues aos beneficiários conforme regras do Programa. O preço de exercício foi de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do Programa (R\$ 16,50).

Em reunião realizada em 23 de outubro de 2012, o Comitê aprovou a possibilidade do saldo de opções não exercida com base na meta de EBITDA de 2012 ser recuperada e ser exercida pelos funcionários e administradores condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2014;(ii) ao atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA previstas para 2014.

O preço de exercício continua em R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção, relativo ao saldo não entregue em 2012, equivale ao valor de mercado da ação na data desta nova outorga (R\$ 9,46).

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(155.549)	(219.740)	(697.276)	(737.491)
Multas/Juros Fiscais/Fornecedores/Vagões	(16.813)	2.678	(153.470)	(151.268)
Juros sobre arrendamento e concessão	-	(7)	(241.728)	(244.238)
Cientes/A VP/Outros	(684)	(5.654)	(25.278)	(15.338)
Total da despesa financeira	(173.046)	(222.723)	(1.117.752)	(1.148.335)
Receita sobre aplicação financeira	43.951	89.515	138.057	230.931
Remuneração sobre debêntures	18.225	36.135	-	-
A VP/Outros	894	-	11.035	2.550
Total da receita financeira	63.070	125.650	149.092	233.481
Resultado financeiro líquido	(109.976)	(97.073)	(968.660)	(914.854)

28. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	237.315	244.945	237.315	244.945
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.180	686.540	683.180	686.540
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,3474	0,3568	0,3474	0,3568
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	237.315	244.945	237.315	244.945
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	683.180	686.540	683.180	686.540
Efeito da diluição (considerando aspectos de anti-diluição)				
Opções de ações	1.950	13.050	1.950	13.050
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustadas pelo efeito da diluição	685.130	699.590	685.130	699.590
Resultado diluído:				
Por ação ordinária	0,3464	0,3501	0,3464	0,3501

29. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente aos períodos de 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

Resultados Financeiros por Unidade de Negócios											
Descrição	Commodities Agrícolas (i)		Produtos Industriais (ii)		Argentina		Brado		Ritmo/Rodoviário		Total
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12 31/12/11
Receita líquida	2.240.555	2.053.485	609.901	642.396	232.893	180.992	232.585	199.875	252.643	217.838	3.568.577 3.294.586
Custos dos serviços prestados	(1.174.194)	(1.065.895)	(351.593)	(356.662)	(229.004)	(158.553)	(190.792)	(158.940)	(232.648)	(194.838)	(2.178.231) (1.934.888)
Lucro bruto	1.066.361	987.589	258.308	285.734	3.889	22.439	41.793	40.935	19.995	23.000	1.390.346 1.359.697
EBIT	957.565	882.157	221.189	245.689	(23.515)	(9.442)	26.947	22.334	16.542	15.772	1.198.728 1.156.510

* Os resultados referentes ao ano de 2011 estão apresentados em base pró forma, considerando como se a Brado e a Ritmo já tivessem sido criadas naquele período.

A Companhia está organizada em unidades de negócios, ao redor dos principais setores de mercado nos quais opera. As operações da Companhia estão divididas em cinco unidades de negócios, quatro delas dentro das operações brasileiras e outra responsável pelas operações argentinas. No Brasil as duas unidades de negócios são:

(i) *commodities* agrícolas, compõem-se do transporte de produtos como soja, farelo de soja, fertilizantes, açúcar, milho, trigo, arroz, entre outros.

(ii) produtos industriais (transporte ferroviário e intermodal) refere-se ao transporte de produtos siderúrgicos, madeira, papel, celulose, alimentos, contêineres, combustíveis, óleo vegetal, produtos para construção civil, entre outros.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na margem operacional, que conforme demonstrado na tabela acima difere da forma apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos e as aplicações financeiras da Companhia (incluindo receitas e despesas financeiras) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

30. Outras informações operacionais

30.1. Outras receitas / despesas operacionais

Outras Receitas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Venda de inservíveis	-	1.629	-	25.032
Venda de imobilizado	13.920	-	33.655	-
Venda de bens disponíveis para venda	-	-	-	-
Outras	1.264	-	8.728	2.226
Total	15.184	1.629	42.383	27.258

Outras Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Taxas	33	34	2.109	888
Combustíveis não consumidos na operação	-	9	-	1.075
Doações dedutíveis	-	-	1.224	659
Baixa de bens do imobilizado	1.415	5.371	27.535	21.555
Baixa inservíveis	-	-	15.996	-
Outras	498	-	3.965	811
Total	1.946	5.414	50.829	24.988
	13.238	(3.785)	(8.446)	2.270

30.2. Depreciação, amortização e combustíveis incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Combustível	-	9	548.024	472.499
Serviços terceiros	1.741	1.245	131.575	145.497
Depreciação e amortização	59.873	47.771	488.809	453.199

30.3. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta	114.275	135.191	4.173.160	3.675.757
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(5.862)	(12.863)	(604.582)	(502.542)
Receita líquida	108.413	122.328	3.568.578	3.173.215

31. Seguros – consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$ 60.000	15/09/2012 a 15/09/2013
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$ 10.000	30/04/2012 a 30/04/2013
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$ 2.200	30/06/2012 a 30/06/2013

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

32. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.508.360	2.099.738	2.508.360	2.099.738
Contas a receber de clientes	392.797	271.837	392.797	271.837
Créditos com congêneres	850	1.639	850	1.639
Adiantamentos e outras contas a receber	126.817	80.913	126.817	80.913
Depósitos restituíveis e valores vinculados	328.484	353.949	328.484	353.949
Total	3.357.308	2.808.076	3.357.308	2.808.076

Passivos financeiros

Debêntures	3.140.354	2.422.989	3.140.354	2.422.989
Débito com congêneres	2.786	2.370	2.786	2.370
Adiantamento de clientes	152.313	96.277	152.313	96.277
Arrendamento mercantil financeiro	1.516.018	1.268.326	1.516.018	1.268.326
Empréstimos e financiamentos	3.313.300	3.208.748	3.322.414	3.212.245
Antecipação de crédito imobiliário	512.894	573.848	512.894	573.848
Contas a pagar a fornecedores	511.316	462.896	511.318	462.896
Total	9.148.981	8.035.454	9.158.097	8.038.951

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do Patrimônio Líquido e da classificação de risco de cada instituição.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia possui determinados passivos sobre os quais incidem juros pós-fixados, gerando exposição à oscilação da taxa de juros de mercado.

Para evitar a oscilação no resultado da companhia decorrente da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) ao qual os passivos financeiros estão atrelados e com o intuito de proteção dos ativos da companhia, fez-se contratos de swaps “Pré-DI”, de forma a pré-fixar a taxa de juros de parte do endividamento anteriormente indexado ao CDI. Os fluxos que passaram a ser corrigidos por taxa pré-fixada, em função do hedge realizado foram os da 3ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., Nota de Crédito Comercial (“NCC”) com vencimento em 2013, Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com vencimento em 2014, CCB com vencimento em 2015, e 9ª emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S/A. Com estes swaps fica mitigado o efeito da taxa de juros sobre o resultado da empresa. Estes instrumentos são registrados como hedge.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, para os swaps e respectivos ativos-objeto para os quais foram realizadas as proteções patrimoniais. A Administração considerou como cenário provável a taxa dos CDIs projetado para o exercício de 2012, segundo as projeções bancárias disponíveis no Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

O efeito da exposição à variação de taxa de juros remanescente é apresentado no item “d”, a seguir.

Risco de Apreciação da Taxa de Juros

Operação	Risco	Valor Nominal	Valor Justo em 31/12/2012	Cenário Provável	Aumento de +25% * (ganho)/perda	Aumento de +50% * (ganho)/perda
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Debêntures 3ª Emissão	CDI	166.666	28.836	13.466	16.832	20.199
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	PRÉ	(166.666)	(28.836)	(13.466)	(16.832)	(20.199)
NCC	CDI	211.119	1.792	15.797	19.746	23.695
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	PRÉ	(211.119)	(1.792)	(15.797)	(19.746)	(23.695)
CCB	CDI	90.489	23.127	11.368	13.802	16.236
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	PRÉ	(90.489)	(23.127)	(11.363)	(13.796)	(16.229)
CCB	CDI	340.736	2.285	28.389	34.454	40.518
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	PRÉ	(340.736)	(2.285)	(28.387)	(34.451)	(40.515)
Dbênture 9ª Emissão	CDI	367.590	5.338	33.759	40.655	47.550
Swap Ponta Ativa - Contraparte Morgan Stanley	PRÉ	(367.590)	(5.338)	(33.759)	(40.655)	(47.550)
Dbênture 1ª Emissão	CDI	166.667	1.561	13.466	16.832	20.199
Swap Ponta Ativa - Contraparte Bradesco	PRÉ	(166.667)	(1.561)	(13.466)	(16.832)	(20.199)
Dbênture 8ª Emissão	CDI	539.160	2.650	49.484	59.592	69.700
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	PRÉ	(539.160)	(2.650)	(49.483)	(59.590)	(69.698)
Dbênture 6ª Emissão	CDI	205.219	1.351	13.905	16.531	19.158
Swap Ponta Ativa - Contraparte Bradesco	PRÉ	(205.219)	(1.351)	(13.905)	(16.531)	(19.158)
Impostos Parcelados	CDI	-	(194.953)	(14.134)	(17.668)	(21.201)
Efeito líquido no resultado		-	(194.953)	(14.126)	(17.657)	(21.189)
Referências						
* CDI Médio (a.a.)				7,25%	9,06%	10,88%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

O resultado da porção inefetiva da variação do valor justo dos instrumentos de hedge, são imateriais. Adicionalmente, o efeito no resultado e no patrimônio líquido é, aproximadamente, o mesmo.

c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap “Dólar-Real” no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2012, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Ncional (USD mil)	Valor Justo em 31/12/2012	Cenário Provável	Aumento de +25% * (ganho)/perda	Aumento de +50% * (ganho)/perda
ATIVOS EPASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre aplicações:						
Aplicações	USD	2.608	5.346	130	1.499	2.868
Efeito Líquido sobre aplicações		2.608	5.346	130	1.499	2.868
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores Longo Prazo	USD	(1.477)	(4.364)	(151)	(1.735)	(3.319)
Swaps Ponta Ativa por Contraparte:						
Contraparte HSBC	USD	-	150	-	-	-
Contraparte CitiBank	USD	-	4.214	-	-	-
Contraparte Itaú	USD	-	-	-	-	-
Efeito Líquido sobre fornecedores / importações		(1.477)	-	(151)	(1.735)	(3.319)
Referências						
Dólar USD/R\$				2,10	2,63	3,15
Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.						

O resultado da porção inefetiva da variação do valor justo dos instrumentos de hedge, são imateriais. Adicionalmente, o efeito no resultado e no patrimônio líquido é, aproximadamente, o mesmo.

d) Risco de deterioração de encargos financeiros do endividamento líquido

Este risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos seus empréstimos e financiamentos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida indexada em CDI (dívida total indexada em CDI aplicações financeiras indexadas em CDI). Para cobrir parcialmente esta exposição, a Administração optou por contratar operações de swap conforme mencionado no item “b” do quadro Riscos de Taxa de Juros. A empresa continua monitorando estes indexadores para avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos a fim de mitigar o risco de variação destas taxas.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2012. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento

Operação	Risco	Cenário Provável	Aumento de +25% * (ganho)/perda	Aumento de +50% * (ganho)/perda
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	163.753	204.691	245.629
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	16.890	16.890	16.890
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
FINANCIAMENTOS Indexados à TJLP	TJLP	153.417	181.462	209.506
FINANCIAMENTOS Indexados ao CDI	CDI	126.552	158.290	190.028
FINANCIAMENTOS Pré / Pós Fixados via swap conforme item b	PRÉ/PÓS	60.261	45.896	31.531
PONTA PASSIVA - Swaps USD X % CDI	CDI	-	-	-
DEBÊNTURES Indexadas ao CDI	CDI	139.052	166.258	193.465
DEBÊNTURES Pré Fixados via swap conforme item b	PRÉ	47.920	41.187	34.455
IPCA	IPCA	27.459	31.970	36.480
ANTECIPAÇÕES de Créditos Imobiliários Indexados ao CDI	CDI	49.074	58.571	68.068
Efeito líquido no resultado		784.378	905.215	1.026.052
Referências				
* CDI Médio (a.a.)		7,25%	9,06%	10,88%
* TJLP		5,00%	6,25%	7,50%
* IPCA		5,58%	6,98%	8,37%
Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.				

e) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	VALOR A RECEBER /RECEBIDO	VALOR A PAGAR/PAGO
CONTRATOS DE "SWAPS":						
POSIÇÃO LÍQUIDA						
RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS USD x %CDI:						
1T12	-	51.873	-	1.769	-	-
4T12	-	-	-	(75)	-	-
1T13	-	-	-	-	-	-
2T13	1.470	-	(12)	-	-	(12)
RISCO DE TAXA DE JUROS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS TAXAS PRÉ X PÓS:						
1T13'	1.890.722	1.014.445	(16.812)	(2.847)	-	(16.812)
2T13'	107.409	107.409	(5.109)	1.421	-	(5.109)
1T14'	898.836	-	(413)	-	-	(413)
4T14'	75.000	75.000	(23.127)	(10.960)	-	(23.127)
1T18'	150.000	150.000	19.156	10.471	19.156	-
3T18'	166.667	166.667	(28.836)	(10.248)	-	(28.836)
4T20'	160.000	-	6.129	-	6.129	-
TOTAL	3.450.103	1.565.394	(49.025)	(10.471)	25.285	(74.310)

* Operações derivativos caracterizadas como hedge ("hedge documentation")

1 As operações de SWAP do quadro de USD x %CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

2 O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*, e ii) Ajustes Patrimoniais (Patrimônio Líquido), no caso dos derivativos para os quais há o *hedge documentation*. O efeito do valor justo é contabilizado na conta de Empréstimos e Financiamentos, no Passivo Circulante. Todos os derivativos utilizados têm o objetivo de hedge (proteção patrimonial).

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2012, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 das operações de instrumentos financeiros destinados a *hedge* foi devedor em R\$ 32.524 (em 31 de dezembro de 2011 credor em R\$ 1.290). Os ganhos e perdas dos *swaps* vinculados a estrutura de *hedge* registrado no patrimônio líquido montaram o saldo credor de R\$ 3.680 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 221 devedor em 31 de dezembro de 2011).

f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes conforme descrito a seguir:

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	358.367	258.117
Grupo 2	38.076	13.720
	<u>396.443</u>	<u>271.837</u>

33. Seguridade social privada

A controlada direta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão. O plano possui características predominantes na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas. O único benefício definido, na fase de acumulação, é um pecúlio equivalente a no máximo seis salários, pago em eventos de morte, invalidez e entrada em aposentadoria, calculado conforme fórmulas e condições estabelecidas no regulamento do plano.

As contribuições são efetuadas em média, na proporção de 67% pela patrocinadora e 33% pelos participantes ativos contribuintes. As contribuições relativas ao Benefício Mínimo são efetuadas integralmente pela Patrocinadora, conforme definido em nota técnica atuarial, e são redimensionadas anualmente, através das avaliações atuariais.

O plano é avaliado anualmente, por atuário independente, tendo sido a última avaliação atuarial do Plano, concluída em 31 de dezembro de 2012. A data base cadastral utilizada na avaliação foi a de outubro de 2012.

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Participantes	39	44
Ativo total	10.329	9.345
Ativo atuarial	2.892	3.210
Contribuições da patrocinadora (% folha)	0,89%	0,16%
Folha salário de participação	792	821

O plano possui ainda uma parcela de benefício definido na fase de concessão, cuja obrigação atuarial refere-se às rendas mensais vitalícias concedidas aos seus participantes. O valor presente da obrigação atuarial dos Participantes Assistidos, foi calculado com base na tábua de mortalidade AT-83 e uma taxa de desconto financeiro de 8,04% ao ano, estando totalmente coberto pelo Ativo Líquido do Plano, e uma taxa de retorno real dos ativos de 8,74%, obtendo rendimento sobre os ativos de R\$ 970.

O plano apresenta cobertura financeira das obrigações atuariais, além de um superávit de R\$ 342 em 31 de dezembro de 2012. O Fundo é constituído por saldos remanescentes de contribuições da patrocinadora, oriundos de desligamentos de participantes que efetuaram resgate parcial, não sendo elegíveis a qualquer benefício do plano.

34 – Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico financeiras.

As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

* * *

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.